

Cid Rebelo Horta



*[Handwritten signature]*

Famílias Governamentais  
de Minas Gerais

MUSEU NACIONAL  
DEP. DE ANTROPOLOGIA  
BIBLIOTECA  
NR. REG. X00X 911  
ex. 2

LUIZ DE CASTRO FARIA  
Professor Titular  
Chefe do Dept. de Antropologia  
( abril 78 )

Segundo Seminário de  
Estudos Mineiros

Belo Horizonte, M.G.

Universidade de Minas Gerais

Conferências pronunciadas no Segundo

Seminário de Estudos Mineiros, - Realizado de 22 a 27 de  
Outubro de 1956

NB. Steves possui um exemplar.  
L.

CONSTITUÍDA de senhores e escravos, a sociedade mineira, no tempo da Colônia, oferecia pouco espaço às classes intermediárias.

Os escravos formavam menos uma classe do que uma comunidade. Constituíam, na acepção de Max Weber (1), um estamento, porque, para serem classe, careciam do requisito essencial, que era a possibilidade da valorização de seu trabalho no mercado.

Entre os escravos e os seus senhores, distendiam-se os trabalhadores livres de todas as categorias: os feitores, prepostos, homens de soldada, os carregadores braçais, oficiais mecânicos, artífices, os vendedores ambulantes, caixeiros, os agregados, colonos, foreiros, os homens de cor em geral que, não tendo fenotípi de brancos, também não possuíam bens de produção com que pudessem alçar-se na categoria superior. Um nome criado e muito usado no tempo classificava pejorativamente toda essa mediania social: eram os "pés rapados", "pés descalços", gente "sem eira nem beira", a plebe ignara, enfim. Com o correr do tempo, a classe média colonial tenderia a engrossar-se paulatinamente. De lá se destacariam, em Minas, como segmento que teve o seu "status" particular, os artífices da ourivesaria e do entalhe. Estes, porém, quando logravam atingir prestígio bastante, seja pela capacidade, seja pela riqueza, passavam a integrar a classe do senhorio dominante. E sem embargo dos progressos, bem lentos de resto, que assinalariam a trajetória da classe média, entre nós, o certo é que, já no final do Império, Nabuco de Araújo poderia proclamar, com ênfase, no Senado, que no Brasil, "entre os senhores e os escravos, a classe intermédia é absolutamente dependente" (2).

Todo o poder, em Minas, como de resto, no Brasil inteiro, pertencia, assim, a uma só classe — o senhorio da terra.

(1) MAX WEBER: *Economia y Sociedad* — Vol. IV — Fondo de Cultura Económica.  
(2) JOAQUIM NABUCO: *Um Estadista do Império* — Vol. III — Garnier.

Eram os senhores da terra — os proprietários rurais e os senhores de lavras, os "homens bons" da Colônia, designação que, provinda das assembleias locais do medievalismo português, atribuía aos seus titulares a faculdade de eleger e integrar as Câmaras de Vereança, instituição representativa de tamanha amplitude no tempo colonial, única, aliás, que entre nós existiu até o advento da Independência.

Em Minas, os "homens bons", espécie de nobreza local, eram constituídos pelos desbravadores da terra e seus descendentes, por aqueles que imediatamente lhes seguiram na disputa do domínio dos ricos aluviões auríferos das "Gerais", assim como pelos funcionários enviados pela Corôa para arrecadar os "quintos", impor a lei metropolitana e administrar a justiça.

Os bandeirantes paulistas, que devassaram o território mineiro em todos os sentidos, pouco aqui permaneceram. Tangida pelos insucessos de sua luta contra os forasteiros — os "emboabas", ou movida também por tendência incoercível, historicamente condicionada, para a aventura, a maioria deles continuou a cortar o interior brasileiro, indo iniciar o povoamento noutras áreas, ou voltou ao planalto piratiningano. A pequena descendência deixada em Minas pelos conquistadores paulistanos, já acentuada pelos nossos historiadores, entre os quais João Camilo de Oliveira Torres (3) e João Dornas Filho (4), tem, aliás, u'a amostragem expressiva em recente obra genealógica do Cônego Trindade. Realmente, entre as 174 famílias que o genealogista classifica de "velhos troncos mineiros" — exatamente aquelas que vieram localizar-se na "core aren" de Minas Gerais, na área da velha mineração do ouro, apenas 39 procedem de Piratininga: as demais, em número de 135, foram formadas aqui mesmo pelos "homens de qualidade" que, no "rush" da mineração, vieram em multidões sucessivas de além-mar, principalmente das regiões peninsulares do Minho, do Douro, dos Trás-os-Montes, da Beira-Alta.

(3) JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES: *O Homem e a Montanha* — Lavras, Cultura Brasileira.

(4) JOÃO DORNAS FILHO: *Povoamento do Alto São Francisco* — Separata da Revista "Sociologia".

Essa boa gente campesina da nação lusa formaria o grosso da população branca de Minas Gerais. Disputou triunfantemente com os piratininganos a posse dos filões auríferos, tornou-se praticamente em seguida a senhora absoluta da Capitania.

Os recursos oferecidos pela pátria nova permitiam amplas possibilidades de enriquecimento rápido. Aparecia em consequência o fenômeno da promoção social que resistiu a todos os cânones restritivos e deu feição nova à nobreza local que se formaria nas Gerais. "A abastança, como observa Lima Júnior (5), era a fornecedora de nomes à nobreza das Minas Gerais", escandalizando com a sua quantidade os membros do Conselho Ultramarino. "Um pouco de ouro, obtido num golpe de fortuna levantava rapidamente o pé-rapado". Debalde as autoridades metropolitanas e o espírito tradicional reagiriam. Os preconceitos raciais, a preocupação pela "limpeza do sangue", continuaram a manifestar-se na Capitania, mas tiveram que adaptar-se às condições locais em cujo contexto social a riqueza era o elemento que atribuía raça, status, prestígio. Como a civilização mineira nascerá essencialmente urbana em torno das "datas", a atividade de comércio para aqueles que empregavam caixeiros dava também status de nobreza.

Aberta de início, a sociedade dos "homens bons" tornaria-se mais exigente com o correr do tempo, à proporção em que a amálgama social se estabilizou e se foi alargando o poder político e econômico oriundo da nobreza.

Muitos fatores contribuíram no tempo para aproximar entre si os "homens bons", assim como para afastar uns de outros. A disputa das *datas* e das terras aráveis, a representação nas Câmaras de Vereança, cuja amplitude de poderes foi uma característica de sistemática colonial, a luta contra os índios e os quilombolas, a vigilância contra os intrusos e os marginais, o isolamento e a falta de proteção legal, tudo isso servia para impor, entre nós, os padrões da solidariedade grupal, através dos laços de parentesco.

(5) AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR: *A Capitania das Minas Gerais* — Lisboa — 1940.

É evidente que nesse ambiente da Capitania, em que os centros populacionais, no dizer de João Camilo, eram como que "ilhas culturais" perdidas e isoladas nos vales imensos das montanhas, a família nuclear constituía uma célula por demais débil para sobreviver. Absorvendo-a, formar-se-ia logo, por força de imperativos ecológicos incoercíveis, a "família grande", a "família extensa", a família patriarcal, sob a chefia do *pater familias* que era, também, o senhor da terra. As possibilidades de escolha no casamento eram bem limitadas. Um brocardo chinês, atribuído a Confúcio, aconselha o pai a *casar o filho com a filha de seu vizinho*, sugerindo na contiguidade física a condição do nivelamento social. Na Colônia, via de regra, o filho de um "homem bom" só se casava com uma filha de outro "homem bom". Era um contrato que se fazia, menos entre os noivos, do que entre famílias já aparentadas ou identificadas por interesses comuns e o mesmo *status* social. O casamento era um laço a perpetuar a estrutura. Quem não era "homem bom" e aspirava promover-se socialmente, teria forçosamente de casar-se em família de "homem bom": a promoção, através do casamento, absorvia-o, na camada superior. Assim, em pouco, ao longo de duas ou três gerações, não havia praticamente casamento que não fosse consanguíneo, formando famílias extensas ligadas pelo parentesco e pela contiguidade do domínio territorial.

Com êsses chefes-família, através das Câmaras de Vereação ou fora delas, a Metrópole portuguesa estabeleceu um compromisso de natureza patrimonialista, cujos resíduos até hoje perduram. Sem recursos para administrar efetivamente a Capitania, davam-se a êsses "homens bons", em troca de pagamento de impostos e do fornecimento de armas e soldados, na Colônia, e em troca de votos, depois da Independência, cartas de sesmarias, patentes de oficiais da Milícia de Ordenanças, assim como um arbítrio policial e judiciário que atingia os extremos.

Ocorrendo a crise de mineração, que se acentua, particularmente, a partir de meados do Século XVIII, verificou-se em Minas uma mudança de estrutura econômica, sem, entre-

tanto, a contrapartida de alteração sensível na estrutura social. Minas, inicialmente urbana e industrial, tornar-se-ia agrária. O minerador, entretanto, fôra previdente. Ao passo que explorava aluviões auríferos, tratou também de conseguir sesmarias de vastos latifúndios, para cultura e o pastoreio. A distribuição de sesmarias, por outro lado, premiava apenas um número muito limitado de pessoas, exatamente os "homens bons", praticamente os únicos a possuírem escravos, que eram *bens de produção*, para requerer terras e explorá-las. A cautela do minerador, como informa João Dornas (6), chegara, além disso, à perfeição de acumular ouro, fraudado ou não ao fisco, durante o apogeu da mineração, para empregá-lo depois, ocorrida a crise, na exploração das atividades agropastoris.

Os exemplos apontados no povoamento de áreas que, a partir de meados do século XVIII, passam a ser colonizadas, mostram efetivamente que o antigo senhor de minas e de escravos não perdeu o seu *status*: mudou apenas de atividade, transformando-se em latifundiário de gado e de café.

\* \* \*

## II

O Século XIX encontraria Minas Gerais com a sua fisionomia econômica inteiramente mudada. As velhas cidades da mineração haviam perdido muito do viço antigo. Povoavam-se áreas novas, o ecúmena mineiro, inicialmente ilhado no centro, refluiu para a periferia. A área de interesse econômico, que antes era a *dota*, passa a ser a fazenda, vasto latifúndio, de três a quatro léguas de comprimento por igual medida de largura, com escravaria enorme, a casa grande, a senzala, as oficinas de carpintaria, as fiandeiras, o alambique, verdadeira unidade autárquica, onde praticamente o único artigo de consumo importado era o sal.

(6) JOÃO DORNAS FILHO: opus cit.



Eschwege, no segundo decênio do século passado, visitou um desses latifúndios mineiros, em viagem pelo São Francisco. Pertencia o mesmo a uma viúva, matriarca que se tornou famosa pelo seu espírito dominador e a vasta descendência que deixou e que ainda hoje cobre e domina politicamente extensa área do Oeste e Norte do Estado. Chamava-se Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Oliveira Campos e é mais conhecida pela alcunha de Joaquina do Pompeu. Encontrou-a Eschwege na sua vasta herdade de 35.000 alqueires — a área que compreende todo o atual município de Pompeu, cercada de seus filhos, noras, das suas filhas e genros, de sessenta netos e bisnetos, com os seus 200 escravos e 40 mil cabeças de gado.

A feição clânica dessa organização familiar é a mesma que encontramos por toda a parte, nesse tempo, e é a que vai dar início ao povoamento dos atuais municípios de Leopoldina, pelos Monteiro de Barros e Almeida, de Cataguazes pelos Vieira-Rezende, de Rio Casca pelos Vieira de Souza, de Guanabaras pelos Coelho, de São Gonçalo do Sapucaí pelos Lemos, de Rio Preto, Mar de Espanha e adjacências pelos Leite Ribeiro, Teixeira Leite, Ferreira Leite, de Nova Era pelos Martins da Costa, de Entre-Rios, pelos Ribeiro-Oliveira-Pena.

Para explorar as resmarias de terras aráveis que obtivera, o velho patriarca mineiro, em verdadeiras diligências, levava, via de regra, consigo toda a parentada: filhos, genros, netos, irmãos. Os novos núcleos de povoamento eram, assim, formados de unidades de família extensa instaladas num mesmo e vasto domínio e que depois cresceriam, ligando-se, pelo casamento, com outras unidades de família extensa da mesma categoria social, acomodadas nas proximidades. Uma das principais preocupações do patriarca era o culto religioso. Tão logo podia, o mais afortunado dentre eles faria doação ao "Patrimônio", ergueria a capela ou a igreja. Em torno desta, como projeção social da unidade familiar rural, nasceriam, em seguida, os povoados e as cidades. Eram as "cidades de domingo", que tanto haviam de impressionar a Saint Hilaire, cidades que somente se enchiam de gente aos domingos, para

os deveres do culto religioso, porque habitadas praticamente pelos fazendeiros que viviam nas propriedades das redondezas. E até nas cidades a família patriarcal se dispunha espacialmente unida. Em Campanha, como conta Ferreira de Rezende, a grande família dos Lopes de Araújo, de tanta influência política no tempo do Império, ocupava inteiramente toda uma rua.

Com o advento da Independência, os mineiros foram convocados a eleger os seus representantes na administração da Província e do Império. Em 1821, as representações das Câmaras Municipais, reunidas em Ouro Preto, escolheriam os membros da primeira Junta Governativa de Minas. Em seguida, repetindo-se periodicamente daí por diante, seriam eleitos os representantes no Parlamento do Império, no Conselho e na Assembléia Provincial.

O sistema eleitoral estabelecido garantia perfeitamente o status político do patriciado rural dominante, através de um compromisso tácito que se firmava entre o chefe local e o governo central, por intermédio do Presidente da Província. Distinguiam-se nesse sistema os *votes* dos *electores*. Nas assembleias paroquiais, os *votes* escolhiam os *electores* que iriam, depois, eleger os deputados e senadores. Dos *votes* se exigiam renda mínima anual e requisitos pessoais e profissionais que permitiam uma participação apreciável da classe média. Para ser *elector*, entretanto, a renda mínima indispensável era o dobro da anterior; para ser deputado era preciso o dobro da renda do *elector*.

Tornava-se óbvio, em face da exigência de rendas progressivas e de outras particularidades do sistema fixado, que as tarefas da representação e da chefia política somente poderiam circunscrever-se na área do senhorio rural, dos proprietários de terras e dos ricos comerciantes das cidades, e seus delegados.

As imperfeições de semelhante sistema eleitoral constituiriam preocupação constante dos políticos do Império. Successivas reformas foram feitas para corrigi-las. É certo, entretanto, que, por mais substanciais que tenham sido, essas

reformas jamais alteraram bastante o sistema para ameaçar o domínio do senhorio rural.

Uma das mais radicais reformas que se fizeram ficou conhecida com o nome de "Lei dos Círculos". Foi o coroamento da vida de Paraná, que travou uma batalha campal no Parlamento para aprová-la, falecendo pouco depois, antes que fosse executada. Pela "Lei dos Círculos", as Províncias eram divididas em tantos distritos eleitorais quantos eram os representantes que tinham na Câmara Geral. Temia-se que uma reforma desse tipo acabasse por excluir da representação as pessoas notáveis, "bastante conhecidas para serem aceitas por uma província inteira", substituindo-as pelas "notabilidades de aldeias, pelos empregados subalternos, pelos protegidos de alguma influência local".

Esse vaticínio não terá sido de todo improcedente. Se fosse vivo, ao executar-se a sua lei eleitoral, Paraná teria visto o seu filho derrotado na Campanha por um sacerdote que, no dizer de Ferreira de Rezende, era uma acabada notabilidade de aldeia. Paula Cândido, cientista famoso, preceptor e médico da família Imperial, seria derrotado por um rábula em Ubá. No Distrito de Sabará, o Conselheiro Luiz Antônio Barbosa por pouco perderia o pleito para um outro rábula.

A eleição por distrito tornaria, sem dúvida, a representação do senhorio rural mais autêntica: este já podia mandar à Corte o seu filho doutor, não precisava mais eleger somente os notáveis que vinham do funcionalismo civil, eclesiástico e militar do tempo do Brasil-Reino. A Câmara se renovou com a eleição distrital.

"Daí por diante — escreveria Pedro II, que foi o animador de todas as reformas eleitorais havidas — não houve mais, na Câmara, só patrulhas, mas minorias" (7).

Liberais e conservadores, entretanto, representavam, afinal, a mesma classe dominante do patriciado rural. A rigor, não havia Partido Conservador ou Partido Liberal, o que existia eram famílias liberais e famílias conservadoras, que

(7) JOAQUIM NABUCO: *Um Estadista do Império* — vol. II — Garnier.

dominavam nesse ou naquele distrito eleitoral. Era freqüente mesmo, como observa Afonso Celso (8), que as grandes famílias se dividissem em liberais e conservadores, mantendo intimidade entre si, embora integrassem facções políticas antagônicas.

No jogo das influências familiares, no contróle do poder local, entrava, como elemento decisivo, o compromisso governista. "Era sempre o govêrno, no dizer de Nabuco (9), senão o de hoje, o de amanhã, e só o govêrno, que podia fazer a eleição. Quanto mais verdadeira ela fôsse, mais delicado ao govêrno, isto é, mais necessitado, cobiçoso, o eleitorado se mostraria".

No Império, o compromisso de dominação se fazia entre o poder local e o poder central, através do Presidente da Província. O poder central se resumia, em última análise, no poder moderador do Imperante, que podia demitir e nomear os Presidentes de Províncias, descartar-se quando quisesse de seus ministros. Era o Imperador, personalidade acima das contingências locais e regionais, acima mesmo das vicissitudes das lutas políticas, quem, no final das contas, dava a vitória a essa ou àquela facção, era quem executava um jogo político que permitia a existência da oposição parlamentar, para "fingir que governava uma nação democrática".

O sistema centralista do Império animaria o sentimento liberal, muito sensibilizado ainda pela proximidade da luta contra o absolutismo, a se concentrar, ao longo de todo o Século XIX, numa linha de aspiração federalista. Todos os vícios, todos os males, toda a corrupção provinham desse centralismo administrativo e político dominante (10). O po-

(8) AFONSO CELSO: *Oito Anos de Parlamento* — Apud Victor Nunes Leal: *Coronelismo, Enxada e Voto* — Rio — 1949.

(9) JOAQUIM NABUCO: opus cit.

(10) Testemunho expressivo desse estado de espírito é a obra clássica de TAVARES BASTOS "A Província", onde se lêem estas palavras à guisa de conclusão: "Cedeu o govêrno imperial espontaneamente o que desde 1840 usurpara ao povo, ao município, à província; restaure, não uma liberdade nominal e precária, mas a liberdade tangível e prática da descentralização. Política tão magnânima será repudiada pela cegueira fatal que arrasta à perdição todos os govêrnos infelizes, todos os sistemas decadentes?" (TAVARES BASTOS — *A Província* — 2ª ed. — Brasileira).

der local queria libertar-se da tutela do poder central. O Ato Adicional de 1834 fôra a grande vitória dessa tendência liberal. Teve, no entanto, existência efêmera. O seu próprio autor, Bernardo Vasconcelos, seria o seu covreiro. A política do "regresso" liberal, concretizada nas duas leis conservadoras de 1841 que, no entender de Nabuco, formaram o arcabouço e garantiram a estabilidade do Império, provocaria os liberais mineiros e os paulistas às armas. Militarmente derrotado em 42, o espírito liberal, no entanto, continuou a atuar, influenciando as grandes reformas políticas. O federalismo, no entanto, era a meta. Queria-se o federalismo a todo transe, com ou sem a Monarquia (11). Fêz-se afinal com a República.

A República instituiu o sufrágio universal, que era um progresso democrático, mas em muitos outros aspectos da sua legislação e da prática eleitoral verificou-se um retrocesso.

A grande linha distintiva do regime republicano instituído seria, assim, o federalismo que estabeleceu. O poder, que antes se congregava no centro, refluía para a periferia. A grande força política não era mais a administração central corporificada na União Federal; fôra atribuída aos Estados-Membros.

O compromisso eleitoralista, que durante o Império, se formulara entre o poder local e o poder central, passara a ser feito entre o poder local e o poder regional, personificado no governador ou presidente do Estado. Este seria o personagem político central da 1ª República. Estava praticamente acima do Chefe da Nação, do Presidente da República, porque este não passava de um seu mandatário, uma vez que o controle do eleitorado lhe pertencia inteiramente.

Impressionado com as semelhanças existentes nas práticas e instituições republicanas e imperiais, Charles Morazé (12)

(11) A frase é de RUY BARRIOS. Sobre a predominância do sentimento federalista no movimento republicano, apesar da firme e reiterada oposição que esse sistema sempre encontrou da parte dos positivistas, ver: GREGOR C. A. BOEHRER: *Da Monarquia à República* — Ministério da Educação — 1954, bem como AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO: *Um Estadista da República* — Vol. II — Livraria José Olympio — 1955.

(12) CHARLES MORAZÉ: *Les trois âges du Brésil* — Armand Colin.

procurou na 1ª República o substituto do "poder moderador", do poder que garantia o equilíbrio do regime e o seu controle. Equivocou-se, porém, o ensaísta francês ao julgar que esse poder moderador se tenha personificado em qualquer tempo na figura de Pinheiro Machado. O herdeiro do poder moderador da Velha República não foi qualquer personagem político, por mais influente que possa ter sido, mas, sim, uma instituição, que o regime originária — a política dos governadores.

Foi, realmente, o jogo político entre os governadores, sobretudo entre aqueles que tinham o comando eleitoral dos maiores Estados, que pôs e dispôs do país nesse interregno, fazendo as eleições do presidente da República que eram mais nomeações.

As características do federalismo da 1ª República, em que o maior poder se concentrava nos Estados-Membros, permitindo que o compromisso eleitoralista se firmasse diretamente entre o governador e o coronel-chefe do poder local, criaram condições especiais de estabilidade para as oligarquias políticas regionais. O sistema do partido único e do partido regional, que vigorou na prática durante todo esse período, era outra consequência do tipo federalista instituído, somado às condições sócio-econômicas reinantes. A oposição desaparecera, pois fôra apenas, no Império, um jogo hábilmente executado pelo Poder Moderador.

A legislação eleitoral contribuía, por outro lado, para o fortalecimento e a perpetuação das chefias políticas municipais em consonância com o compromisso existente entre estas e o poder regional. As eleições do Império e as da República, tão vivamente descritas, as primeiras por Ferreira de Rezende, as segundas por Passos Maia, em nada diferenciam entre si. A verdade é que, em muitos pontos, as eleições republicanas constituíram um retrocesso, sobretudo em relação ao sistema instituído pela Lei Saraiva. Não eram eleições, mas, praticamente, nomeações, com resultados certos, fatais, pré-estabelecidos. Faziam-se menos nas urnas que nas atas. Por isso, alguns políticos mais práticos costumavam fazê-las apenas nas



atas, poupando trabalho e dinheiro. Explica-se, assim, a confissão que me fez velho político mineiro de que, sendo eleitor em 1910 e querendo votar em Ruy Barbosa, somente soube que a mesma se teria realizado em sua terra natal, Teófilo Otoni, quando foram publicados os resultados dando a Hermes da Fonseca unanimidade de sufrágios.

Não era por menos que existia tanta discrepância entre os resultados dos candidatos e os resultados oficiais. Assim era possível, em 1930, que a Câmara dos Deputados apurasse para o candidato Juarez Ferreira Lopes 18.755 votos, ao passo que a Secretaria do PRM lhe contara apenas 1.519 sufrágios; Jeferson de Oliveira que, segundo a representação oficial do PRM, apenas conseguira 7 mil votos para deputado, tivera a sua votação aumentada para 18 mil sufrágios pela Câmara; da mesma forma os candidatos oficiais do PRM, em luta na época contra o poder central, viam-se despojados de votos pela Comissão de Reconhecimento da Câmara. Era a "degola", complemento ou réplica condigna da *ata falsa*...

A reação contra semelhante sistema crescia à medida em que se verificavam os pleitos no país. Dela seria intérprete principal a burguesia média que se formara nas grandes cidades, com o crescimento do comércio, o desenvolvimento da máquina burocrática do Estado, o aparecimento da indústria. Sem forças para lutar contra as oligarquias regionais firmemente alicerçadas, essa reação iria afinal reacender-se nos quartéis, através do oficialato que é uma parcela da burguesia média das cidades.

As Revoluções de 22 e 24 foram a conseqüência desse movimento de opinião que, segundo Caio Prado (13), cresceu nas grandes cidades brasileiras, no seio da burguesia média constituída de profissionais liberais, intelectuais, pequenos comerciantes e industriais, de funcionalismo civil e militar.

Procurando reagir contra o domínio das chamadas oligarquias regionais, esse movimento de opinião não deixava

(13) CAIO PRADO JÚNIOR: Prefácio à "Coluna Prestes", do Cel. Moreira Lima.

de visar o sistema federativo reinante: o espírito liberal, que fôra federalista no Império, acabava tornando-se anti-federalista na República. Debalde, entretanto, na Reforma da Constituição em 1924, se tenham despojados os Estados-Membros de alguns poderes, fortalecendo a União Federal. A semente da renovação estava lançada. Na primeira contradição séria que se iria verificar entre a política regional dos dois maiores Estados, S. Paulo e Minas, o movimento teve a sua grande oportunidade. Foi a Revolução de 30.

Vários fatores ocorrentes contribuíram para a vitória do movimento: o desgaste do regime antigo, a queda do café, principalmente. A estrutura agrária antiga estava abalada. Nesse tempo, o valor da produção industrial e agrária se igualava. Havia pouco, também, instalara-se a grande represa hidrelétrica do Cubatão, base que seria, daí por diante, do poderio industrial de São Paulo, fazendo nascer ali uma nova estrutura econômica e novas áreas da sociedade.

Com a revolução de 30, o velho federalismo da 1ª República ficou realmente enterrado: perdeu as suas formas antigas para nunca mais recuperar-se, à falta de condições em que fundar-se de novo.

Alguns perspicazes observadores estrangeiros, como Jacques Lambert (14) e Charles Morazé (15) tentaram interpretar a Revolução Paulista de 32 como a aurora que anunciou o nascimento do Brasil Novo. É esse um engano de interpretação. A Revolução de São Paulo foi, ao revés, o último grito de agonia do velho regime: basta ver os seus personagens e os que hoje detêm o comando político daquele Estado.

Daí para cá as estruturas velhas têm manifestado crescentes sintomas de desagregação, na medida em que se desenvolve a estrutura nova, fundada na indústria manufatureira e na urbanização.

O compromisso "coronelista", que era a instituição política básica da 1ª República, como fôra do Império, veio per-

(14) JACQUES LAMBERT: *Le Brésil* — Gallimard.

(15) CHARLES MORAZÉ: *opus cit.*



dendo gradualmente substância. Não encontro, entretanto, maior fundamento para a tese de Victor Nunes Leal (16) ao pretender que o coronelismo, como fruto de uma estrutura agrária decadente, venha a desaparecer inevitavelmente com a autonomia municipal ou com o sistema de relações diretas entre a União Federal e os municípios.

O problema é de estrutura sócio-econômica e não de sistemática administrativa. O coronelismo existiu no Império como na República e subsistirá sempre ali onde as condições econômicas reinantes permitirem o sistema de compromisso, que ora fez com o governo central, ora com o governo regional.

\* \* \*

### III

O surto industrialista e o conseqüente crescimento das concentrações urbanas, intensificadas particularmente no último quarto de século, são, naturalmente, apontados como os elementos básicos que alteraram a estrutura política brasileira a partir de 1930. Ali onde, como em S. Paulo, o industrialismo concentrou a sua maior força de expansão, foram criados novos segmentos sociais que, com o seu comportamento político, passaram a perturbar inteiramente o panorama tradicional. Nos Estados em que, como Minas Gerais, a estrutura agrária, ao revés, mantém o seu domínio, apesar de todos os fatores de desagregação ocorrentes, ainda é possível observar-se o jogo político em suas grandes linhas antigas. Não será por outro motivo que, enquanto os partidos novos, pela substância social de seu eleitorado, têm, em conjunto, os seus maiores núcleos em S. Paulo, os partidos tradicionais, de velha substância social que vem do Império e da Colônia, têm em Minas o seu quartel general.

A expansão industrial dos Estados vizinhos, pelos seus efeitos indiretos, o surto industrial que cresce de intensidade

(16) VICTOR NUNES LEAL: *Coronelismo, Enxada e Voto* — 1949.

no próprio Estado, a decadência da economia agrária, depauperada pelo êxodo de seus elementos ativos em busca das grandes cidades e das áreas novas de colonização no Goiás e Paraná, são elementos poderosos a operarem em Minas Gerais a desagregação da estrutura sócio-econômica tradicional.

No entanto, apesar de tudo, a estrutura antiga prevalece, e é aqui, por isso mesmo, que podemos ver o processo de formação de nossas elites políticas em sua feição tradicional, da mesma forma em que é aqui ainda que encontramos as elites tradicionais em plena atividade de controle e chefia política.

Os principais hoje em Minas são, via de regra, descendentes dos "homens bons" da Colônia. A persistência de uma mesma classe dominante, apenas acrescida no tempo pela contribuição de parcela reduzida de elementos novos que nela se absorveram pelos laços de parentesco, decorre da continuidade da estrutura econômica, toda ela ligada ao senhorio da terra, seja no tempo da mineração, seja no ciclo de nossa economia rural.

A essa persistência da estrutura econômica deve acrescentar-se o sistema eleitoral e político que vigorou desde a Independência, todo ele feito para garantir a concentração do poder local nas mãos do senhorio rural.

A história política de Minas é, pois, num largo sentido, a história de suas grandes famílias que fazem o jogo da cena política desde a Colônia. Vimos como se formaram, em torno das "datas" e, depois, das grandes propriedades rurais. Constituídas do entrelaçamento de três e mais "famílias nucleares", as "famílias extensas" mineiras formavam como que círculos endogâmicos. Cada círculo era a área social de uma vasta parentela contígua num largo domínio de terra. Num círculo, por mais fechado que fosse, sempre apareceria um membro mais ousado que ia ligar-se, por laços de casamento, com outro círculo socialmente vizinho.

Formou-se, dessa forma, no tempo, uma verdadeira cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora se sucedem nas tarefas da chefia política local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais.

Oliveira Viana, fundando-se em Lowie, dá o nome de *clãs parentais* a essas famílias extensas, a esses círculos familiares. Ora, *clã* é sempre uma unidade social baseada no parentesco unilateral. Donde se conclui que o *clã* ou é parental ou não é *clã*. A denominação, no entanto, tem a sua procedência, desde que possamos dar ao conceito um sentido particular. Há, efetivamente, muitos traços de organização clânica nessas unidades familiares: a convivência em comum ou contígua num extenso domínio, a solidariedade baseada no parentesco, o orgulho da linhagem, o sentimento de interesse de família sobreposta a todos os outros interesses, principalmente na esfera política.

Ainda é muito comum em Minas uma pessoa ter mais de um partido. É UDN, na Capital, PSD onde existe parcela ponderável de sua família em luta de dominação política, PR onde luta outra parte de sua parentela. Conheço mesmo ilustre médico que passa toda a campanha eleitoral no reduto político de sua família, trabalhando bravamente pela sua vitória, seja sob que legenda for. Nas vésperas, no entanto, toma o primeiro avião de volta a Belo Horizonte para, como é próprio confessa, votar aqui com a sua consciência livre...

Exemplos dessa ordem são freqüentes. Constituem testemunho de uma consciência de solidariedade familiar colocada acima de quaisquer outras considerações. Nota-se que essa solidariedade é tanto maior quanto mais concentrada se encontra a "família grande". Quando esta se dispersa, o prestígio político se dilui, com o afrouxamento dos laços de solidariedade. Segue-se, no entanto, muitas vezes um sentimento de linhagem que permite aos parentes se descobrirem facilmente em cada eleição, para efeito do proselitismo eleitoral.

A dispersão das "famílias grandes" é, geralmente, consequência do êxodo para os grandes centros e para as áreas novas de colonização. A redistribuição administrativa, com a criação de novos municípios, contribui, também, de maneira sensível para o enfraquecimento do poder das grandes famílias tradicionais, permitindo que outras unidades menores apareçam na disputa do comando político do distrito emancipado.

Outra vezes e freqüentemente é o próprio sistema patrimonialista, que está na base de nossas instituições políticas, que vai contribuir para a dispersão da família, afastando-a paulatinamente de suas bases de operação primitiva. Assim, como observa Emilio Willens, "se uma pessoa vem a ocupar um posto de comando na organização político-administrativa, não é raro presenciar-se a ascensão de grande número de pessoas da "terra de lá". Não só parentes de todos os graus, mas também amigos da infância, antigos colegas de trabalho, vizinhos, parentes e amigos desses vizinhos e amigos ocupam cargos de *responsabilidade* ou de confiança em torno do novo potentado. O chamado familiarismo e outras formas de nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo. Já que este se baseia em relação de lealdade e confiança pessoal, é óbvia a vantagem que traz a preferência dispensada a parentes, amigos e conhecidos, expostos ao controle da mesma estrutura local" (17).

É comum ainda, quando as famílias permanecem concentradas em seus centros de origem, que os resíduos de suas lutas do Império continuem a traçar a linha partidária de hoje. Assim é em Pitangui, Montes Claros, Leopoldina, Patos de Minas, Dolores do Indaiá, Itapecerica, entre muitas outras cidades.

Os laços de parentesco nem sempre, porém, servem para selar o congraçamento político. Em Capitólio lutam, por exemplo, duas famílias: os Soares e os Leonel. O deputado da região é Soares pelo lado do pai, e Leonel pela linha materna. Sem embargo, porém, desse duplo parentesco, nunca recebeu votos dos Leonel, embora desfrute da íntima afeição desses seus parentes maternos.

Essas e outras linhas gerais que extrapolam da organização patrimonialista da política de Minas podem ser apreciadas no quadro, ainda que incompleto, feito sem maiores delongas para uma classificação mais rigorosa dos dados genealógicos e de outros documentos existentes, das famílias políti-

(18) Apud Victor Nunes Leal — op. cit.

cas mineiras, dessas famílias que, ao longo de um século e dois, controlam praticamente a chefia política do Estado, com larga influência no comando do próprio país.

Tomarei como pontos de referência para traçar a história política dessas famílias ora os personagens da Inconfidência Mineira, ora a ata da eleição da 1ª Junta Governativa de Minas, ora ainda os nomes de nossos primeiros povoadores, paulistas ou não.

1) SILVA XAVIER — A família Silva Xavier, a que pertenceu Tiradentes, sempre gozou de boa situação social em Minas, ao que mostram extensos registros genealógicos que devemos a Artur de Rezende e ao Cônego Trindade. Joaquim José era tetraneto do capitão Martinho de Oliveira, "homem nobre e dos principais da Vila de Santos", segundo Silva Leme. Seu avô materno Domingos Xavier Fernandes fôra provedor dos quintos reais da Vila de São José del Rei, hoje Tiradentes. Seu pai exerceu em *São João del Rei* o mandato de vereador. Se não era abastado, dispunha, contudo, de certos recursos e estima social. Dois de seus irmãos ordenaram-se sacerdotes, nesse tempo em que, no dizer de Caio Prado Júnior, os Seminários eram a única oportunidade que as famílias dominantes tinham para a instrução de seus filhos mais dotados de inteligência. A posição social da família Tiradentes parece ter acrescido ainda uma linhagem mental nada desprezível. Basta lembrar que um de seus primos e coetâneos, filho de sua tia materna Rita, foi o insigne naturalista que na vida monástica se chamou Frei José Mariano da Conceição Veloso. Outro primo e coetâneo seu teve fama de um dos maiores latinistas de seu tempo: foi o Padre Antônio Rodrigues Dantas, reitor do Seminário de Mariana, professor em Lisboa, autor de várias obras sobre a arte poética e a língua latina. Seu irmão mais novo, José da Silva Santos, teve patente de capitão das milícias, casando-se com uma Goes e Lara, da nobiliarquia paulistana. O atual deputado federal por Minas, figura de evidência política no Estado e no país desde 1930, sr. Gabriel de Rezende Passos, é tetraneto dêsse irmão de Tiradentes. Uma

irmã do Proto Mártir de nossa Independência, casada com um Ferreira de Souza, de Queluz, deu origem a uma vasta descendência que se ligou aos Rodrigues Chaves, de Lagoa Dourada, aos Rezende, de Prados, aos Magalhães, os quais até hoje controlam a chefia política ou a disputam em vários municípios mineiros. Um dos descendentes dessa irmã de Tiradentes, Major José Rodrigues Chaves, foi o fundador de Formosa, no Goiás, onde teve fábrica de ferro. Outro, Camilo Rodrigues Chaves, tornou-se um dos primeiros habitantes e beneméritos de Campina Verde, no Triângulo. Seu filho aparece na crônica provincial como uma das maiores influências políticas da região. O filho dêsse, Camilo Chaves, foi deputado e senador durante a 1ª República e chefe da Revolução de 30 no Triângulo Mineiro. O seu filho, Camilo Chaves Júnior, é presidente do PSD em Ituiutaba, onde mantém ativa luta política. Outro sobrinho bisneto de Tiradentes, cel. Lucas Tobias de Magalhães, casou-se com uma Barros em Monte Santo, tornando-se desde o Império e na 1ª República um dos chefes políticos de mais prestígio na região. Seu filho, Valdomiro Magalhães, foi deputado durante toda a República Velha, constituinte de 34 e líder da bancada mineira. Falecendo sem descendentes, a chefia política do município passou aos seus antigos aliados, os Paulino Costa, importantes fazendeiros de café, que se vêm sucedendo na direção local.

2) REZENDE — Larga descendência da família Silva Xavier liga-se pelos laços do casamento com a família vizinha da região do Rio das Mortes — os Rezende, que teriam dois de seus membros mais antigos envolvidos também nas malhas da Conspiração Mineira: José Rezende Costa, pai e filho. O filho, cumprida a pena do degrêdo, voltou ao Brasil, sendo constituinte e deputado geral no Império. O pai, que morreu no exílio, provém de um dos principais mineradores e latifundiários da antiga comarca do Rio das Mortes, em Lagoa Dourada, e deixou importante descendência política que no tempo, pelos diferentes laços de casamento, veio-se apelarizar Rezende Alvim, Assis Rezende, Rezende Monteiro, Rezende-Chaves. Os



Rezende Costa, Rezende Alvim, Assis Rezende, Rezende Monteiro estão presentes em todos os acontecimentos políticos do Império e da República, nas assembleias legislativas, na administração municipal, provincial, central, até os nossos dias. A eles vieram acrescentar os Ribeiro de Rezende, os Silva Rezende, os Ferreira de Rezende, pelos casamentos de irmãos do inconfidente Rezende Costa, ligando-se, em seguida, aos Junqueiras, Tostes, Monteiro de Barro, Monteiro Lins, Vieira Silva Pinto. Alguns nomes dessa vasta parentela têm papel de decisivo destaque nos acontecimentos políticos do Estado e do país. Assim, Estêvão Ribeiro de Rezende, Marquês de Valença, sobrinho do inconfidente Rezende Costa, vem a ser deputado, senador, ministro do Império, conselheiro de Estado. Seus irmãos exercem cargos políticos nas câmaras municipais, na assembleia da província. Um de seus sobrinhos, Joaquim Leonel de Rezende Alvim, foi dos mais ativos propagandistas da República, constituinte de 91, deputado federal em várias legislaturas republicanas. Há ainda, como sempre houve, desde o Império, elementos da família nas assembleias representativas, nos postos de administração. Nos municípios de sua maior concentração ou de origem, estão eles em firme atividade do comando político, como em Cataguazes, Lafaiete, Nova Rezende, Rezende Costa.

3) VIEIRA-REZENDE — Boa parcela da descendência Rezende Costa liga-se à família Vieira, que foi uma das fundadoras do atual município de Cataguazes. Foi por volta de 1840 que o major Joaquim Vieira da Silva Pinto, natural de Queluz, se estabeleceu em sesmaria de três mil alqueires no nascente curato de Meia Pataca. Nas vizinhanças de sua propriedade se instalariam em seguida em outras enormes sesmarias, o seu irmão Antônio Vieira, o seu cunhado Francisco de Rezende, o seu concunhado Severino de Rezende, outro seu cunhado José Joaquim de Rezende, o seu genro Pedro Chaves, o seu sobrinho Antônio Vieira Coimbra, e, no vizinho município de São João Nepomuceno, outro seu cunhado, José Dutra Nicácio. O major Joaquim Vieira tornou-se guardador das minas de Ubá e Meia Pataca, destacando-se ainda

como chefe conservador influente da região. Seu filho José Vieira de Rezende e Silva seria o seu substituto na chefia política local. Em 1861 era eleito deputado provincial, reelegendo-se em seguida durante várias legislaturas. Criado o município de Cataguazes, foi o seu primeiro presidente. Na chefia política do município, sucedem-se o seu irmão Luiz Vieira Rezende, também deputado provincial, o seu filho Astolfo de Rezende, o seu sobrinho Astolfo Dutra Nicácio, que foi presidente da Câmara dos Deputados, o filho deste, Pedro Dutra Nicácio, com os parentes Afonso de Rezende, Edson de Rezende. Convidado a indicar os políticos que tiveram a liderança de seu município de origem, que é Cataguazes, o atual deputado Edson Vieira de Rezende observou que todos eram seus parentes. É um domínio político familiar, que se prolonga por cerca de cem anos, só praticamente quebrado nos últimos tempos, por força do crescimento urbano e industrial da cidade. É interessante assinalar a propósito que na disputa aguerrida do controle político de Cataguazes desde há vinte anos encontra-se uma família de industriais, os Peixoto.

Os Vieira-Rezende, entretanto, ainda são fortes politicamente tanto em Cataguazes, como nas cidades vizinhas de Astolfo Dutra, Mirai, Laranjal, tendo um representante na Assembleia Estadual, outro, que foi deputado e prefeito várias vezes, na Comissão Executiva do PSD.

Nos municípios vizinhos estendem-se ainda grandes famílias de ação política dominante, estreitamente entrelaçadas por parentesco com os Vieira-Rezende. São os Dutra Ladeira, em Rio Novo, os Soares Henriques e Mendonça, em Nepomuceno, Rochedo e adjacências.

4) PEIXOTO DE MELO — Aparentada ainda com os Vieira Rezende e descendendo, por linha materna, dos Lobos Leite Pereira, de tamanha tradição política no Império e na República, aparece em Ubá a família Peixoto de Melo. Em 1860 foi eleito, pelo partido conservador, deputado provincial Francisco Peixoto de Melo. Segue-se na representação na Assembleia da Província e, depois na Câmara Geral, o seu filho,



Carlos Peixoto, que foi o último senador mineiro do Império. Imediatamente, na República, temos Carlos Peixoto Filho, que teve tanto relevo político nas primeiras décadas do século. Francisco Soares Peixoto de Moura, sobrinho de Carlos Peixoto, foi deputado provincial, constituinte de 91, deputado estadual e federal várias vezes. O seu irmão, Raul Soares de Moura tornou-se uma das figuras centrais da política mineira na 1ª República, tendo sido deputado, ministro de Estado, governador de Minas. O seu outro irmão, Camilo de Moura, ligado aos Martins, de Ponte Nova, por laços de casamento, foi deputado estadual e federal, tendo desenvolvido grande atividade política naquele município. A outro seu irmão, Carlos Soares de Moura, pertenceu a chefia política do vizinho município de Rio Branco. Com a família Peixoto-Soares de Moura ocorreu, no entanto, a vicissitude ligada à natureza do sistema patrimonialista, a que alude Willens. Convocados, sucessivamente, os seus mais destacados membros para as tarefas políticas no plano estadual e nacional, as bases municipais seriam abandonadas pouco a pouco. Raul Soares, por isso, colocou na chefia de Ubá um médico amigo que teria nos últimos trinta anos atuação política no Estado. Trata-se de Levindo Coelho, que, retirando-se há pouco da política, cumprido o seu mandato de senador, transferiu o bastão do partido a seu filho, Ozanam Coelho, que é atualmente líder da bancada possedista na Assembleia Legislativa. Em Rio Branco, igualmente, com a retirada sucessiva dos Peixoto-Soares de Moura, a chefia do situacionismo local seria entregue a partir do decênio vinte a Celso Machado. Mas há no momento um deputado Soares de Moura na Assembleia Legislativa, que assina Soares da Rocha.

5) AIRES GOMES — O inconfidente José Aires Gomes era filho de João Gomes, fundador do atual município de Santos Dumont. Dono de vasto domínio, a Fazenda da Borda do Campo, seu nome é freqüentemente citado nos documentos coloniais, ora como vereador à Câmara de Barbacena, juntamente com os Vidal Barbosa Lage e os Sá Fortes, ora pleiteando a emancipação da freguesia de Carijós que veio a dar no atual

município de Lafaiete. Uma das suas filhas casou-se com José Cesário de Miranda Ribeiro, que foi visconde de Uberaba; outra com o cel. Francisco Coelho Duarte, comandante de tropas legalistas na Revolução de 42 e que passou a assinar também Badaró em homenagem à memória do jornalista do 1º Reinado assassinado em São Paulo; outra ainda com o comendador Feliciano Coelho Duarte, irmão do antecedente.

Francisco Duarte Badaró, que participou da Assembleia Provincial, foi pai de Francisco Coelho Badaró, que se elegeria constituinte de 91, deputado federal, falecendo como embaixador no Vaticano. Casara-se em Minas Novas com a filha de influente chefe político, que foi senador estadual. Seu filho, Badaró Júnior, desenvolve no Estado, tendo como base Minas Novas, continuada atividade política há trinta anos, seja como prefeito do município, deputado estadual na 1ª e 2ª República, sendo atualmente deputado federal, depois de ter sido ministro interino da Justiça do governo passado. Seu filho, Badaró Bisneto, já ensaia os passos na política municipal. Do tronco Duarte Badaró, originariamente instalado em Piranga, surgem as famílias Furtado Portugal, Vidigal e Maciel. Estas duas últimas, aliadas durante décadas no comando da chefia local, desentenderam-se nos últimos tempos. Há atualmente na Assembleia do Estado um Vidigal e um Maciel, que, embora primos entre si, travam vibrante debate político: são os deputados Padre Pedro Vidigal e Ciro Maciel. Os Portugal foram assentar a sua base em Rio Preto, onde há cerca de meio século desenvolvem intensa ação política.

De outro genro de Aires Gomes — Feliciano Coelho Duarte, foi filho o Visconde de Lima Duarte, deputado e senador no Império, cujo filho Feliciano Lima Duarte se tornaria mais tarde deputado na República.

Uma irmã do Visconde de Lima Duarte casou-se com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, neto dos patriarcas, que por volta de meados do século passado veio instalar-se em Barbacena, inicialmente como juiz de direito. Dêsse casal surge a estirpe dos Andradas mineiros, com uma atuação relevante e ininterrupta nos grandes acontecimentos de Minas desde os

últimos tempos do Império, tendo ainda hoje como base de operação eleitoral o mesmo núcleo de sua parentela estendido da Mantiqueira ao Vale do Paraibuna. Basta citar os seus nomes principais: Antônio Carlos, pai, chefe republicano, deputado provincial e geral; Antônio Carlos, filho, presidente de Minas, presidente da 2ª Constituinte Republicana; José Bonifácio, pai, deputado, líder parlamentar, embaixador; José Bonifácio, filho, atual deputado federal.

Outra neta de Aires Gomes, filha de Lima Duarte, viria a casar-se com João Nogueira Penido, de família de Itaúna, importante politicamente desde o século passado. João Nogueira Penido, deputado, chefe republicano, deu origem aos Penidos de Juiz de Fora, tendo sido substituído na chefia política local por João Penido Filho, que até falecer conservou forte influência no município e na região da Mata.

Os Penidos de Juiz de Fora dispersaram-se aos poucos, mas o seu prestígio social e de certa forma político ainda se mantém, exercido em várias esferas da vida estadual e nacional.

Outra neta de Aires casou-se com o senador Firmino Silva, cuja descendência conservou durante toda a 1ª República larga influência, bastando lembrar a atuação do seu filho, deputado Francisco Bernardino.

6) RODRIGUES PEREIRA VERSUS BAETA NEVES — Acresce ainda considerar que um bisneto de Aires Gomes, José Bonifácio de Andrada, ligou-se pelo casamento com a filha de Lafaiete Rodrigues Pereira, o que lembra a luta famosa que principia no início do 2º Reinado, entre o Barão de Pouso Alegre (Rodrigues Pereira) e o Barão de Queluz (Baeta Neves). Em Carandaí, essa luta continua acesa, estando na oposição os Rodrigues Pereira e, na Prefeitura, os Baeta Neves que têm no deputado Patrus de Souza, casado na família, o seu representante na Assembléia Legislativa. Em Lafaiete, Francisco Rodrigues Pereira, até há bem pouco deputado federal, presidente o PSD local em luta contra a outra facção que tem a chefia dos Nogueira de Rezende, sucessores diretos da corrente Baeta Neves. Estes entrosam-se com os

Monteiro de Barros, que adiante veremos, assim como com os Teixeira de Souza, cujo chefe o Barão de Camargos (Mannel Teixeira de Souza) foi o dirigente do conservadorismo em Minas durante quarenta anos. Deputado provincial e geral, senador e vice-presidente da Província, com exercício em sete períodos, o Barão de Camargos, ao falecer deixou na chefia do Partido Conservador o seu filho Antônio Teixeira de Souza Magalhães, segundo barão do mesmo título, o qual, como seu pai, ocupou durante várias vezes o governo provincial como seu vice-presidente. Os Teixeira de Souza ligam-se, por seu turno, aos Mosqueira, outra linhagem de grande tradição política no Império (já se representa na 2ª Junta Governativa de Minas através do comendador Fernando Machado de Magalhães) e que tem hoje um representante de larga projeção nacional na pessoa do Eng.º Lucas Lopes.

7) BARBOSA LAGE-OLIVEIRA LOPES — Com a família Aires Gomes entrosou-se, por repetidas uniões de casamento, desde o século XVIII os Vidal Barbosa Lage, que tiveram um representante ilustre na Inconfidência, Domingos Vidal Barbosa. E os Barbosa Lage, por seu turno, ligam-se por parentesco aos Oliveira Lopes que participaram igualmente da Conspiração Mineira, através do cel. Francisco Antônio Lopes e de seu irmão Padre Francisco de Oliveira Lopes.

Os Vidal Barbosa Lage foram fundadores de Juiz de Fora e ali exerceram durante cerca de um século considerável influência política, econômica e social. Um de seus descendentes foi o grande Mariano Procópio Ferreira Lage, pioneiro do moderno rodoviário nacional. Outro, Manuel Vidal Barbosa Lage, tornou-se, durante muito tempo, o chefe conservador do município.

Com a projeção social, política e econômica de seus integrantes, os Vidal Barbosa Lage ligam-se às principais famílias do Estado, constituindo uma das células aristocráticas da "gens" mineira.

Os seus primos Oliveira Lopes tiveram um descendente eminentíssimo no Império, o Duque de Caxias, estando hoje disseminados na Mantiqueira e na Zona da Mata.

8) TOLEDO PISA — Dois outros inconfindentes, Luiz Vaz de Toledo Pisa e seu irmão Carlos Vaz de Toledo, naturais de Taubaté, pertencentes à velha nobiliarquia portuguesa e paulistana, eram primos de D. João de Toledo Pisa Castelhanos, fundador e guarda-mor de Campanha. Campanha, durante o século passado, foi o grande centro político e o núcleo irradiador do povoamento e colonização de enorme área do Sul de Minas. Os hábitos aristocráticos de sua sociedade são acentuados por Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que também pertencia a essa nobiliarquia sul-mineira. Suas famílias dominantes eram, entretanto, muito interligadas pelo parentesco. Dêsse João de Toledo Pisa Castelhanos surgem as linhagens políticas dos Lopes de Araújo, dos Ferreira Lopes, dos Lobo Leite Pereira, dos Xavier da Veiga (pelo casamento de um irmão de Evaristo da Veiga, no início do século com uma Toledo Sales), dos Sales, dos Ribeiro da Luz. Nelas se entrosam por sucessivos casamentos os Brandão, família de funcionários militares muito cedo enraizada em Vila Rica e a que pertencia a musa da Inconfidência, Marília de Dirceu, os quais vão se ligar aos Buenos de Paiva, descendentes de Amador Bueno, o Aclamado, e que se assinalam entre os primeiros povoadores do sul de Minas. Da família Bueno era integrante Bárbara Heliodora, poetisa e mulher do poeta e inconfindente Alvarenga Peixoto. Surgem, assim, através de repetidos entrelaçamentos, famílias que se tornariam politicamente muito atuantes desde os primeiros tempos da Independência: os Buenos de Paiva, os Bueno Brandão, os Vilhena, os Valadão.

Seria muito exaustivo traçar a área política de cada uma dessas famílias campanhenses. Dado o estreito parentesco que mantêm entre si, vou apenas dar uma pequena amostragem a respeito.

9) BUENO-BRANDÃO — Foi em 1745 que chegou ao nascente povoado de Ouro Fino, mandado pelo capitão general de São Paulo, o capitão Bartolomeu Correya Bueno, com missão de "governar no político e com alçada no civil e no crime". No princípio do século

seguinte, era eleito o primeiro vereador ourofinesense à Câmara de Pouso Alegre: chamava-se Emilio de Paiva Bueno. Na eleição da Junta Governativa em 21, os Brandão estão presentes. Em 1833 o capitão Porfírio Bueno Brandão foi designado para proteger a legalidade em Ouro Prêto, comandando uma companhia da Guarda Nacional.

Já a esse tempo, a política de Pouso Alegre, a que pertencia Ouro Fino, estava dividida: os Barros-Melo chefiavam a facção conservadora, os Bueno-Brandão lideravam a política liberal. Os conservadores tinham à sua testa Antônio de Barros Melo, nomeado comandante da guarda nacional, os liberais eram dirigidos pelo major Francisco de Paiva Bueno. O domínio dos Bueno-Brandão começa a se efetivar inteiramente em 1864. Em 1880, emancipado Ouro Fino, trava-se a primeira eleição no novo município. O liberal Francisco de Paiva Bueno sobrepuja o conservador Francisco Barros Melo, elegendo-se presidente da Câmara. Inicia-se a luta entre os "curiangos", que eram assim chamados os conservadores por se reunirem sempre de noite, e os "molambos". Na eleição seguinte, os "curiangos" vencem os "molambos", mas os Barros Melo perdem de novo a situação para os Bueno Brandão no pleito de 1887. O chefe liberal, Francisco Bueno de Paiva, é pai de Júlio Bueno Brandão e tio e sogro de Francisco Silviano Brandão, os quais, a partir de 1870, aparecem na cena política, passando a liderar a facção de sua família. Com a República, os conservadores Barros Melo, que se haviam ultimamente convertidos em republicanos, conquistam, com as boas graças de Bias Fortes, o bastão municipal. Mas foi esse um domínio efêmero. O próprio Bias Fortes acabaria por entregar de novo a situação aos Bueno Brandão que daí para cá passariam a dominar inteiramente. Configura-se assim nesse município uma linha de sucessão política que pode ser assim definida a partir de 1864: 1º chefe: Francisco de Paiva Bueno, que passou a liderança ao seu sobrinho e genro Silviano Brandão, deputado e presidente do Estado e vice-presidente eleito da República; com a morte de Silviano Brandão, assume a chefia o seu cunhado e primo Júlio Bueno Brandão, deputado, presidente do Estado,





senador da República, o qual seria substituído, na liderança local, pelo seu filho mais velho, Júlio Bueno Brandão Filho, deputado estadual, federal, constituinte de 34, e, em seguida, pelo seu filho mais novo, Francisco Bueno Brandão, atual suplente de deputado federal pelo PSD, prefeito de Ouro Fino no último quadriênio. O domínio Bueno Brandão no município tem declinado a partir de 1947. A própria família se dividiu, estando elementos dela aliados aos adversários dos Bueno Brandão, chefiados por descendentes de antigos colonos italianos.

10) VILHENA-VALADÃO — Patriarcas de Campanha, são, também, os Vilhena-Valadão que, como disse, são descendentes de uma irmã de Bárbara Heliodora e que se ligam por parentesco com as outras famílias principais do município. Um Valadão, Padre José Vicente, foi deputado provincial durante 30 anos. Seu irmão, Manuel Inácio Gomes Valadão, foi vice-presidente da Província, deputado provincial, chefe conservador do Sul de Minas, senador estadual na República. Um filho deste, Olímpio Valadão, elegeu-se presidente da Câmara de Campanha, deputado provincial, deputado geral várias vezes, tendo sido secretário do governo da Província. Um filho deste foi deputado estadual na primeira República. Seu primo, João Bráulio Vilhena Júnior, deputado estadual, presidente da Assembleia Mineira, secretário das Finanças. E atualmente e desde vários anos, o chefe possedista de Campanha é descendente dessa família: Manuel Alves Valadão. Como descendentes dos Valadão são os Lisboa (João Lisboa, João Lisboa Júnior, Waldir Lisboa) que há meio século dominam a cena política em vários municípios do Sul de Minas.

11) XAVIER DA VEIGA — O ramo mineiro dos Veiga foi fundado em Campanha por dois irmãos do grande tribuno e jornalista do 1º Reinado e da Regência, Evaristo da Veiga, os quais ali chegaram nas primeiras décadas do século passado. Bernardo Jacinto da Veiga, que foi presidente da Província na quadra tormentosa da reação conservadora, ligou-se por casamento com uma Bueno de Paiva; Lourenço Xavier da Veiga

casou-se com uma Sales, que era Toledo Pisa. Formou-se assim uma dinastia política que teve o seu maior fulgor no Império mas que ainda está longe de ter-se apagado. No Império e na 1ª República, tivemos os seguintes filhos de Lourenço da Veiga: Evaristo Ferreira da Veiga, deputado provincial, deputado geral, senador; Francisco Luiz da Veiga, deputado provincial, deputado geral, constituinte de 91; José Pedro Xavier da Veiga, deputado provincial, senador estadual, além de historiador distinto. O genro deste último foi o grande engenheiro mineiro e secretário da Agricultura Clodomiro de Oliveira, cujo filho, chefe político de Ouro Preto, José Pedro Xavier da Veiga e Oliveira, é atualmente ali vice-prefeito.

11) RIBEIRO-OLIVEIRA-PENA — Os Veiga são estreitamente aparentados por ascendência e descendência, aos Lopes de Araújo, Ferreira Lopes, Lobo Leite Pereira, aos Sales, Ribeiro da Luz, todos nomes muito destacados na política do Império e da 1ª República. Os Veiga e Sales, que se transfeririam para Lavras e Nepomuceno, assentando o seu domínio nesses municípios, ligaram-se por casamento vários, a outro clã político de larga influência no Estado — os Ribeiro-Oliveira-Pena, cuja célula mater aparece na pessoa do capitão João Ribeiro da Silva, delegado da freguesia de Congonhas do Campo no pleito que se feriu em 1821 em Vila Rica para eleger a 1ª Junta do Governo Provisório de Minas Gerais, juntamente com o seu cunhado capitão-mór José Fernandes Pena, representante de Lavras. Os Ribeiro, muito cedo entroncados com os Oliveira e os Pena, com estes seriam os fundadores do atual município de Entre-Rios de Minas. Trata-se de uma dinastia política poderosa e extensa que começa a aparecer no cenário da Assembleia provincial e na Câmara Geral a partir da terceira década do século passado e que ainda hoje, como através de todo o tempo decorrido, tem numerosos representantes na política do Estado. Nela vêm integrar-se, além dos Veiga e Sales, os Lima, de Nepomuceno, os Pena de Itabira, descendentes do Major Paulo José de Souza, delegado do município na eleição da 1ª Junta Governativa de Minas, os Canedo, que são sobri-



nhos do Marquês de Paraná, os Mendes dos Santos, de São João del Rei. No Império, contam-se por mais de duas dezenas os seus representantes nas câmaras políticas. Seus nomes mais evidentes dessa quadra chamam-se o senador do Império, Gabriel Mendes dos Santos, o Visconde de Carandá, Belisário de Oliveira Pena. Na 1ª República, Afonso Pena, que fôra deputado e ministro de Estado na Monarquia, torna-se presidente do Estado e da República; o seu cunhado, Feliciano de Oliveira Pena, constituinte de 91 e senador; um parente deste, Francisco Sales, ministro de Estado, presidente de Minas, torna-se um dos chefes mais poderosos do antigo PRM.

A área de atuação política dessa família pode ser assim resumida, em largos traços.

- a) Em *Entre Rios* — a influência da família, que data de mais de um século, está em declínio;
- b) Em *Lavras*, onde os Sales se ligaram desde cedo aos Andrade Botelho, a família perdeu o domínio praticamente a partir de 1930;
- c) Em *Nepomuceno*, os Ribeiro, Veiga, Lima, dominam inteiramente a situação: um Ribeiro é o prefeito, outro, presidente do PSD, um Veiga é o presidente da Câmara, um Vilela Lima é o presidente do PR;
- d) Em *Santa Bárbara*, os Moreira Pena controlam a situação política, numa continuidade de mando que vem desde Manuel Moreira Pena, eleito presidente da Câmara em 1861;
- e) Em *Itapetevica*, um Ribeiro Pena, que é atualmente Secretário do Interior, após ter sido vice-governador do Estado e presidente da Assembléia Legislativa, domina a situação, chefiando a facção dos "tarecos" que procede de seu bisavô materno, o deputado provincial e geral Antunes Corrêa, contra os "papiatas", que depois de terem sido comandados durante muito tempo pelo líder republicano e deputado Lamounier Godofredo, são atualmente e desde há vinte anos chefiados também por outra ala dos Ribeiro.

- f) Em *Muriáé*, os Canedo controlam a situação, que tem sido, durante um largo período, intermitentemente de sua família.

No cenário estadual e federal, atuam no momento os seguintes membros dessa família Sales-Veiga-Ribeiro-Oliveira-Pena: os irmãos Otacílio, Francisco e Jair Negrão de Lima; o secretário do Interior, José Ribeiro Pena, o secretário da Viação, Feliciano de Oliveira Pena, o líder da maioria na Câmara Estadual, Pio Canedo, o chefe do gabinete do governador, João Pimenta da Veiga, o deputado estadual Gregoriano Canedo. Isto sem falar em Afonso Pena Júnior, que abandonou a política, e no desembargador Nísio Batista de Oliveira, presidente do Tribunal de Justiça, que foi Interventor Federal no Estado, restando lembrar que do mesmo tronco Ribeiro da Silva, que originou toda essa progênie, proveio também, pelo ramo Santos, Alberto Santos Dumont, cujo cinquentenário de seu feito glorioso estamos agora comemorando.

12) JOAQUINA DO POMPEU — Através de um casamento que veio dar no político do Império Martinho Álvares da Silva Contagem, os Ribeiro de Entre Rios ligam-se ao talvez mais extenso e vetusto tronco familiar da política de Minas: os Rodrigues Velho-Campos, de Pitangui.

Antônio Rodrigues Velho, figura legendária, conhecida também pelo nome de "Velho da Taipa", foi um dos primeiros bandeirantes a chegarem a Pitangui, depois dos primeiros sucessos da luta dos "emboabas". Provirido de velha cêpa bandeirante, tornou-se capitão-mor de Pitangui e, na 1ª Câmara da Vila, fêz-se eleger juiz ordinário, juntamente com um seu parente, Campos Bicudo, e com Fortunato Lopes Cançado, eleitos vereadores. Um neto desse Velho da Taipa, chamado Inácio Oliveira Campos, casou-se com Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, filha de um advogado português instalado em Pitangui e parente dos Condes de Valadares. Joaquina Bernarda, que se tornou célebre matriarca, ficou conhecida pelo nome de Joaquina do Pompeu. De seu casamento com Inácio Oliveira Campos, segundo o sr. Jacinto Guimarães, que

tem interessante livro a respeito no prelo, descendem as seguintes famílias mineiras largamente difundidas: Álvares da Silva, Cordeiro Valadares, Abreu e Silva, Souza Machado, Oliveira Campos, Castelo Branco, Melo Franco, Campos, entroncando-se ainda nessa descendência os Capanema, Maciel, Vasconcelos, Pinto da Fonseca, Cunha Pereira, Sigaud, Lopes Cançado, Adjuto, Pinto Ribeiro, Caetano Guimarães, Horta, Pereira da Fonseca, Campos Taitson, Mascarenhas, entre outras.

Na eleição da 1ª Junta Governativa de Minas, Pitangui é representada por um Álvares da Silva, um Cordeiro Valadares, um Dias Maciel, entre outros. Em todo o transecurso da Assembléa Provincial, nas legislaturas da Câmara Geral, estão presentes os Álvares da Silva-Campos-Cordeiro Valadares. O mesmo se verifica na República, sem interrupção, até os nossos dias.

Durante o Império, a política de Pitangui bem cedo se dividiu entre liberais e conservadores. O grosso da família Álvares da Silva-Campos-Cordeiro Valadares, que já havia mandado para o cenário nacional uma figura como Martinho Campos, formava a falange liberal. Os conservadores tinham como seus elementos integrantes os Capanema e Lopes Cançado. Embora entrosadas entre si essas famílias, a descendência patrilinear definia a filiação política. Representantes de ambas as facções sucedem-se nas assembléas políticas, os Álvares da Silva-Campos-Cordeiro Valadares em maior número. E a divisão política continuou. Na 1ª República, os liberais passaram a chamar-se localmente gonçalvistas, dirigidos que eram por José Gonçalves de Souza, o qual, embora mais aparentado com os Lopes Cançado, foi dirigir os Álvares da Silva-Cordeiro Valadares, a cuja família, por intermédio do ramo Baía, ligara-se pelo casamento; ao passo que os conservadores se denominaram "vasquistas", chefiados por um Lopes Cançado, que se chamava Vasco Azevedo.

A luta permanece até hoje e na memória dos velhos é lembrança que não morre na orientação política.

Conta-se a propósito que, em 1935, o velho senador Antônio Benedito Valadares, que era então constituinte estadual, ao

saber que aqui chegara o ministro da Educação Gustavo Capanema, apressou-se em ir ao Palácio da Liberdade advertir o mano governador:

— Não te esqueças, Benedito, que esse Capanema é um conservador...

Anos mais tarde, por ocasião das solenidades comemorativas do centenário da Revolução de 42, o então governador Benedito Valadares, denunciando uma consciência familiar muito viva, assim ordenava ao seu secretário particular.

— Elogie o Exército, mas não endeuse muito aquêle Caxias, não, porque minha família sempre foi contra êle.

O chamado clã da Joaquina do Pompeu é ainda hoje dono de um vasto domínio político. Tem como seus grandes núcleos Pitangui, onde trava acesa luta, Pompeu, onde a situação nunca deixou de ser inteiramente sua, Dolores do Indaiá, onde domina desde 1860, Abaeté, onde os chefes das duas facções pertencem à família, e Pará de Minas, estendendo a sua influência ainda pelos municípios de Curvelo, onde têm elementos chefiando as duas facções antagonicas; São Gonçalo do Pará, Mateus Leme. Em Patos de Minas, os seus parentes Maciel sustentam uma luta quase secular com os Borges, que se destacam entre os primeiros povoadores do Oeste.

O deputado estadual Paulo Campos Guimarães, descendente de Joaquina do Pompeu, respondendo a pergunta sôbre os seus parentes e afins que tiveram atuação na vida política do Estado, apresentou-me uma lista de perto de cem nomes. Basta citar os nomes de políticos vivos para se ter idéia expressiva da trama familiar sôbre que se sustenta a política de Minas. São êles: Francisco Campos, Benedito Valadares, Gustavo Capanema, Afonso Arinos de Melo Franco, José de Magalhães Pinto, Leopoldo Maciel, José Maria Lopes Cançado, Jacinto Guimarães, Ovidio de Abreu, Vasconcelos Costa, Emilio de Vasconcelos Costa, Simão Viana da Cunha Pereira, Eduardo Lucas Filho, Frederico Campos, Edson Álvares, Amador Álvares, Alberto Álvares, Juvenal Gonzaga.

13) HORTA — De acôrdo com o seu linhagista Jacinto Guimarães, elementos do progénie da matriarca Joaquina do Pompeu ligaram-se pelo casamento aos Horta, que são outra família que, procedente de São Paulo, veio para Minas com as primeiras bandeiras. Ligadas aos Lemos, aos Arruda, aos Botelho, essa família teve na Inconfidência dois representantes: José Alvares Maciel, bisneto de Francisco Paes de Oliveira Horta e de sua mulher Mariana Paes Leme, e o seu cunhado Gomes Freire de Andrade.

Ligados estreitamente aos Horta encontramos ainda os Pinto Coelho da Cunha, cujo chefe no Império, o Barão de Cocais, foi o comandante da revolução liberal de 42.

Os Gomes Freire durante mais de 40 anos chefiaram a política de Mariana, tendo deixado de ali atuar depois de 1930.

Os Pinto Coelho da Cunha, que tiveram o seu fastígio no Império, ainda controlam certa área do ramal de Santa Bárbara, sendo um Pinto Coelho o atual prefeito de Rio Piracicaba.

Os Horta (Rodrigues Horta, Rebelo Horta, Horta Barbosa, Bueno Horta, Ramos Horta), por seu turno, a partir de 1841 fazem-se representar em tôdas as legislaturas da Assembléia Provincial e na Câmara Geral. Dois dêles foram presidentes da Província: Manuel José Gomes Rebelo Horta e Luiz Eugénio Horta Barbosa. Este, que era filho de outro presidente da Província, Luiz Antônio Barbosa, transferiu-se para o Rio. Aquêle, que faleceu juiz de direito em Santa Bárbara, teve na 1ª Constituinte Mineira um filho, João Gomes Rebelo Horta, e um genro, José Pedro Drummond. Este que fazia política com Afonso Pena em Santa Bárbara permaneceu senador até 1922, época em que ingressa na Assembléia Estadual José Ricardo Rebelo Horta, seu sobrinho.

Os Horta dispersaram-se neste século, perdendo gradualmente sua influência política. Entretanto, acha-se na Assembléia Legislativa, um Horta, que assina Horta Pereira.

14) FAMILIAS DIAMANTINENSES — Com os Horta cruza um ramo dos Caldeira Brant, tronco de legenda muito prestigiosa desde a Colônia, o qual, por sua vez, entrosa-se em Diamantina e Sêrro com os Machado, com um ramo dêste, os Mata Machado. Os Machado ligam-se, por seu turno com os Felício dos Santos, os Pires, os Sá, os Lessa, os Rabelo, os Leite, formando por assim dizer uma só e grande família. Esses troncos diamantinenses, muito interligados entre si pelo parentesco, constituem parcela brilhante da política liberal do Império, alimentados pela chama próxima de Teófilo Otoni. Alguns dos seus grandes nomes dêsse ciclo continuam a dominar nos primeiros tempos da República. Temos o Barão de Guaicuí (falecido em 1879), os dois irmãos Felício dos Santos, seus cunhados, o Conselheiro e Ministro do Império Mata Machado, também seu parente, os seus netos Antônio Olinto dos Santos Pires, Francisco Sá, Aurélio Pires, Gudesteu Pires.

Muito aparentada com essas famílias, destacando-se no final do Império pela sua posição no Partido Conservador, depois de ter sido liberal em 42, surge a família Mourão, que se entrelaça, por sua vez, com outras famílias de grande evidência da época, os Queiroga, do Serro, e os Azeredo Coutinho, de Ouro Preto.

Com a República, a família Mourão disputa a chefia política local com elementos das famílias Mata Machado e Caldeira Brant, firmando o seu prestígio através do senador Olímpio Mourão que foi deputado e senador durante mais de 30 anos. Os quadros dessa liderança política da família Mourão passam, a partir de 1934, à chefia do atual presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, cujo tio foi vice-presidente do Estado e cuja família, em Diamantina, se liga aos Pereira da Silva, de tradição nas lutas partidárias locais.

15) CHAVES-SÁ-PRATES — Os Sá, originariamente, de (Montes Claros) Grão Mogol e que se vão ligar em Diamantina aos Machado, Felício dos Santos, Pires e Lessa, são aliados e parentes em Montes Claros dos Prates, dos Chaves e dos Quadros. Um Chaves, Antônio Gonçalves Chaves,



deputado na Assembléa da Província, foi o primeiro chefe liberal de Montes Claros, em luta contra os conservadores, em cujas fileiras se enquadravam os Veloso e Versiani. A Antônio Gonçalves Chaves, pai, segue-se na chefia Antônio Gonçalves Chaves Filho, que foi presidente da Província, deputado e senador da República, sendo substituído pelo seu cunhado Camilo Philinto Prates, deputado provincial e deputado federal na República durante largo tempo, tendo em certo período, como companheiro de representação, o seu filho Lincoln Prates, além de vários outros parentes. Atualmente e desde há vários anos, a facção dos Chaves-Sá-Prates em Diamantina segue a chefia de Milton Prates e Alfeu Sá Quadros.

A luta de famílias montesciarense (Estrepes contra Pelados), que começou nos primeiros tempos do 2º Reinado, continuou no tempo e ainda perdura no município.

A facção conservadora, que no Império fôra dirigida por Gregório Veloso e Carlos Versiani, passa na República ao comando dos Alves, nas pessoas dos deputados Honorato Alves e João Alves, e é a mesma que nos últimos vinte anos é chefiada pelos Ribeiro, através dos dois irmãos Filomeno Ribeiro e Plínio Ribeiro, cujo pai foi presidente da Câmara do município e um de seus chefes conservadores mais influentes.

16) **SÁ-PRATES CONTRA** — Em fins do século passado, elementos da família **OTONIS** (Teófilo Otoni) Sá-Prates transferiram-se para Teófilo Otoni e ali desde então disputam a chefia local com os parentes do fundador do município, o grande líder liberal do Império. Nos primeiros anos da República, o senador Carlos Sá foi o chefe situacionista do município, prestigiado por Crispim Jacques Bias Fortes, Silviano Brandão, no entanto, prestigiaria em seguida os Otoni, dando a chefia local ao deputado Epaminondas Otoni que durante um quarto de século a manteria firmemente. Morto Epaminondas Otoni, a chefia de sua facção passaria a seus filhos e genro, Manuel Esteves Otoni, Otávio Otoni e Teodolindo Pereira. Mas os Sá-Prates, com a chegada de Artur Bernardes no poder, acabaram por ter a sua oportunidade. Alfredo

Sá, filho de Carlos Sá, seria chamado para o govêrno, juntamente com um jovem advogado Tristão da Cunha, filho de antigo educador do município, ligado por casamento aos Versiani e Mata Machado e que cedo se aliara aos Prates na luta contra os Otoni. Recomeça daí por diante o domínio dos Sá-Prates. A Alfredo Sá, deputado, senador, vice-presidente do Estado, segue-se na chefia o seu cunhado e deputado José Martins Prates, a este o seu sobrinho, Pedro Martins Abrantes, atual chefe possedista do município. Entretanto, há intermitências nesse domínio dos Prates, inclusive durante a Ditadura, em que os Otoni tiveram por vèzes a Prefeitura local. Atualmente, a luta entre os Otoni e Sá-Prates continua, mas com quadros alterados. O antigo anti-otonista Tristão da Cunha tem agora os Otoni como aliados, sendo ainda o seu maior cabo eleitoral um Sá Prates, que assina Petrônio Mendes de Souza, atual prefeito do município.

Vale acrescentar que atualmente tôdas as duas famílias adversárias estão representadas na Assembléa Legislativa.

17) **MONTEIRO DE BARROS** — Os Monteiro de Barros, descendentes de um rico minerador e latifundiário da região de Congonhas do Campo, são, talvez, a constelação familiar mais numerosa e refulgente da nobreza e da política do Império, estendendo a sua poderosa influência aos nossos dias. Dão duas gerações de barões e viscondes, além de um sem número de senadores e deputados, aparecendo na alta direção administrativa antes mesmo da Independência. Seus descendentes se formam entre as principais famílias políticas de São Paulo, ligam-se aos Guinle, aos Silveira e aos Amoroso Lima, do alto capitalismo carioca, assim como também se entrelaçam com a nobreza européia, sendo Monteiro de Barros a célebre condessa de Barral, cuja correspondência com Pedro II foi agora há pouco publicada. O comendador Manuel José Monteiro de Barros, irmão do 1º Visconde de Congonhas do Campo, transferiu-se, em princípios do século passado, com todos os seus filhos, genros e alguns sobrinhos, para vastas sesmarias que adquirira no arraial do Feijão Cru, tornando-se um dos primei-



ros povoadores do atual município de Leopoldina, cuja chefia política jamais deixou de ser de sua família. Ligam-se os Monteiro de Barros, na Zona da Mata, aos Junqueira, aos Rezende, aos Vidal Barbosa Lage, aos Manso Ribeiro, aos Leite de Magalhães-Pinto. No Império, a chefia política de Leopoldina e a representação na Assembléia Provincial, na Câmara Geral e no Senado, pertencem sempre aos Monteiro de Barros. O primeiro deputado republicano de Minas é de Leopoldina: chamou-se Monteiro Manso. Na 1ª República, na chefia local, temos o deputado e senador José Monteiro Ribeiro Junqueira, juntamente com o seu parente senador Francisco Andrade Junqueira Botelho e o seu irmão Custódio Monteiro Junqueira. Desde 1932, a liderança política passou às mãos do atual deputado Carlos Coimbra da Luz, descendente de família de grandes tradições políticas no Sul de Minas, e genro de Custódio Junqueira.

No centro de Minas, os descendentes de dois Monteiro de Barros, o 2º Visconde de Congonhas, Lucas Antônio Monteiro de Castro e do Barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros (membro da 2ª Junta Governativa e presidente da Província), continuaram, também, até os nossos dias na cena política. São os Monteiro de Castro da atualidade, os Monteiro Machado, um dos quais, Cristiano Machado (José Monteiro de Castro, secretário da presidência Café Filho), foi um dos chefes da Revolução de 30 em Minas e candidato à presidência da República no pleito de 1950.

Casados na família Monteiro de Barros encontramos muitos outros políticos de evidência no Estado, entre os quais Augusto de Lima, poeta, governador e deputado na Velha República, o deputado Francisco Campos Valadares, o antigo presidente da Corte Suprema, Edmundo Lins.

18) A NOBREZA DO CAFÉ — Na Zona da Mata, os Monteiro de Barros ligaram-se, como se viu, aos Junqueira que formam, com os Ferreira Leite, os Leite Ribeiro, os Cerqueira Leite, os Nogueira da Gama Cerqueira, os Ribeiro de Rezende,

os Leite de Magalhães, Magalhães Sales, Pinto de Souza, os Arantes, a nobreza do café de Minas Gerais. Todas essas famílias entrelaçam-se muito intimamente entre si. Cada uma delas, via de regra, teve o seu barão ou visconde no Império. Na família Arantes, cujo chefe durante muito tempo foi o político liberal Visconde de Arantes, iria casar-se João Pinheiro. Os Ferreira Leite e Teixeira Leite, oriundos de São João del Rei, são os fundadores de Mar de Espanha e localidades vizinhas, juntamente com os Almeida Magalhães, os Castro, os Costa. Dentre essas famílias saem o legendário Barão de Airuoca (Ferreira Leite), o Barão de Além-Paraíba (Barbosa de Castro), o Barão de São Geraldo, o Barão de Guaraciaba, o da Conceição, o vice-presidente da Província e senador Henrique Magalhães Sales. Na 1ª República, temos Estêvão Leite de Magalhães Pinto, Henrique César Souza Vaz, Joaquim Souza Ramos, Manuel Feliciano Alves de Souza, todos interligados pelo parentesco. Deste último foi genro Fernando de Melo Viana, o qual lhe deveu sua primeira eleição para deputado estadual.

Em Além Paraíba, os Côrtes, descendentes dos Barbosa Castro, dominam desde longa data a situação contra a forte oposição trabalhista local.

Os Junqueira, que tiveram como seu chefe no Império o Barão de Alfenas, foram os primeiros povoadores de Poços de Caldas, ali se encontrando até hoje na luta de direção política.

Os Lemos que se projetam desde o começo do Império através do Barão de Rio Verde, chefe conservador em Campanha e um dos primeiros povoadores de São Gonçalo do Sapucaí, mantêm durante toda a primeira República e até hoje acesa luta política em Passos e adjacências contra os Maia. Com filhas de um dos últimos próceres estaduais dessa família, o senador Jaime Gomes de Souza Lemos, casaram-se o atual presidente da República Juscelino Kubitschek, o deputado federal Gabriel de Rezende Passos e o falecido deputado federal Bueno Brandão Filho.

19) VASCONCELOS-MOTA — Deve ser mencionada ainda a família do Visconde de Caeté, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, primeiro presidente da Província de Minas, descendente de um Campos Bicudo, primo dos Rodrigues Velho de Pitangui. Segundo Salomão de Vasconcelos, o Visconde de Caeté pertencia à mesma família de Bernardo de Vasconcelos, da qual o provector historiador descende. José Teixeira de Vasconcelos casou-se na família Mota Moreira, a que se ligam os Moreira Pena. Seus cunhados, genros, netos, sucedem-se na representação e no governo provincial, projetando a sua atuação política, que sempre teve como base a região de Caeté e Santa Bárbara, até os nossos dias. Os Vasconcelos encontram-se hoje na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal e até no Senado da Igreja, no Sacro Colégio Cardinalício, por intermédio do Cardeal Vasconcelos Mota.

20) OS MARTINS — Em Ponte Nova, encontramos os Martins, que ali dominam na política desde os primeiros tempos da vila. Antônio Martins e seu irmão Custódio Martins são os dois primeiros elementos da família a aparecer na Assembléia Provincial e na Câmara Geral. Antônio Martins que, na República foi senador e vice-presidente do Estado, teve no seu cunhado Manuel Olímpio Soares, que durante vinte e cinco anos foi presidente da Câmara do Município, o seu grande aliado. Manuel Olímpio Soares, companheiro de lutas republicanas de João Pinheiro, é avô do ex-governador do Estado e atual presidente da UDN nacional, deputado Milton Soares Campos (casado com uma Rezende Dantas, descendente dos Inconfidentes Rezende Costa), e pai do antigo deputado Luiz Martins Soares, que durante vinte anos, até falecer, foi o chefe político local. A família Martins, porém, desde a campanha civilista tem estado desunida. Trava-se ali, desde então, acirrada luta política, tendo embora na chefia de ambas as facções partidárias, que se chamavam "Antas" e "Capivaras", elementos da família ou a ela ligados por casamento. O poder local sempre lhe pertenceu dessa maneira, a não ser na eleição de 1950,

quando um elemento do PTB assumiu a Prefeitura, com os votos embora de parcela ponderável da família. Ainda agora a Prefeitura está nas mãos do PTB, mas o Prefeito é casado com uma Martins e se apoia em muitos elementos da família.

21) VIEIRA DE SOUZA — Muito entrelaçados com os Martins, vemos os Vieira de Souza, fundadores de Rio Casca. Nesta cidade, verifica-se igualmente um domínio familiar ininterrupto. O seu primeiro chefe político, José Vieira de Souza, era genro do fundador do município, furriel Ângelo Vieira de Souza. Segue-se na chefia local um seu sobrinho, senador José Cupertino Teixeira Fontes, a este o seu genro, antigo deputado João Camilo Teixeira Fontes, que é tetraneto do fundador da cidade. A família Vieira, também, nunca foi muito unida. Atualmente e desde o anterior quadriênio encontram-se na Prefeitura os Vieira de Souza, que assinam Miranda Chaves, em luta contra a chefia de seu primo, que se chama João Camilo Teixeira Fontes.

22) VAZ DE MELO-BERNARDES — Filho de uma Vieira de Souza foi Artur Bernardes que, em Viçosa, casou-se com uma filha do velho político do Império e da República, senador Vaz de Melo. O domínio da família Vaz de Melo-Bernardes na política de Viçosa é ininterrupto do século passado aos nossos dias. Morto o antigo presidente da República, aí temos o seu filho senador da República e vice-governador do Estado, um seu genro e dois sobrinhos afins na Assembléia Legislativa: deputados Freitas Castro, Juarez de Souza Carmo e Vaz de Melo Megale.

23) MARTINS DA COSTA — Os Martins da Costa, descendentes de Amador Bueno, constituem, como muito bem frisou o seu linhagista Padre Pedro Maciel Vidigal, um dos clãs mais típicos do Estado. São dos primeiros povoadores de Itabira, Nova Era e adjacências, fundam Ubá, através de Januário Carneiro, espalhando-se ainda por outros lugares, entre os quais Sabará, Piranga, São Domingos do Prata, Martins da

Costa era Cesário Alvim, com cuja filha casar-se-ia Afrânio de Melo Franco, prosápia política que vem dos primeiros tempos do Império e ainda hoje brilha. Os Martins da Costa dominaram muito tempo, com os seus parentes Faria Alvim, Guerra, Lage, Drummond, Andrade, na política de Itabira e no momento conservam ali considerável influência, controlando inteiramente a situação em Nova Era.

24) MELO FRANCO — Os Melo Franco merecem registro especial, não só pela sua contínua projeção política desde o Império, como também pelo típico caso de entrelaçamento familiar que representam. Em sua primeira geração brasileira, os Melo Franco ligam-se aos Caldeira Brant, em virtude do casamento do fundador da família, João de Melo Franco, com uma sobrinha de Felisberto Caldeira; a segunda geração aparesenta-se com os Cunha Branco, família paracatuense tradicional; na terceira, entrelaçam-se com os Alves de Souza e Batista Franco, extensas famílias ligadas praticamente com todas as demais de Paracatu; com o casamento de Virgílio de Melo Franco com uma Pinto da Fonseca, a família liga-se com a parentela de Joaquina do Pompeu; finalmente, um filho de Virgílio, Afrânio de Melo Franco, vai casar-se com a filha de Cesário Alvim, que era um Martins da Costa, outra parentela extensa na vida e na política de Minas. Na eleição da 1ª Junta Governativa, os Melo Franco se representariam com Joaquim Melo Franco; na Câmara do Império, tiveram assento três filhos de Joaquim: Manuel (chefe da Revolução de 42), Bernardo e Francisco Melo Franco. Na Assembléa Provincial e no senado estadual da 1ª República teremos, em seguida, Virgílio de Melo Franco, sobrinho daqueles; um filho de Virgílio, Afrânio de Melo Franco destaca-se no panorama político nacional neste século, secundado desde 1930 pelo seu filho, Virgílio Alvim, impressionante figura de lutador trágicamente desaparecido, e Afonso Arinos, figura de proeminência desta 3ª República. Desde os primeiros tempos republicanos, os Melo Franco, que foram liberais em todo o Império, lutam contra os Botelho e os Adjuto no cenário municipal de Paracatu.

25) VIANA — Martins da Costa era o Visconde de Assis Martins que veio a ter um dos ramos de sua família ligado aos Viana, parentela politicamente poderosa desde antes da Independência. Na eleição da 1ª Junta Governativa, Sabará foi representada por Manuel de Araujo da Cunha Alvarenga, casado com uma Viana, ao passo que a freguesia de Santa Luzia tinha como representante o comendador Manuel Ribeiro Viana. Filho de Manuel da Cunha Alvarenga era Cândido de Araújo Viana, marquês de Sapucaí e grande do Império. Em Santa Luzia, os Viana têm sólida posição política desde o Império, com Francisco de Paula Fonseca Viana, Visconde do Rio das Velhas, com um sobrinho deste Manoel Teixeira da Costa Neto, deputado na monarquia, constituinte de 91 e senador estadual da 1ª República, com um filho deste Ari Teixeira da Costa, constituinte de 1934 e hoje com os sobrinhos deste, os quais dominam a situação em luta contra os Gonçalves. A parentela Viana, através de seus ramos Ribeiro Viana, Araújo Viana, Viana do Castelo, Viana Passos, Viana Martins, Teixeira da Costa, Teixeira de Sales, estende o seu domínio por vários municípios, como Curvelo, Sete Lagoas, Sabará, Abaeté, Santa Luzia e está ainda hoje solidamente inserida no panorama político e social do Estado.

26) SA-OLIVEIRA FORTES — Oliveira Viana (18) cita como um dos clãs políticos mais típicos do país os Sá Fortes, de Barbacena. Os Sá Fortes já inscrevem o seu nome no "pelouro" da vila ao instalar-se o município, juntamente com os Aires Gomes e os Vidal. No final do Império, aparece na Assembléa Provincial Crispim Jacques Bias Fortes, filho de um Oliveira Fortes, de Barbacena. Crispim Jacques, na República, foi cinco vezes governador do Estado, sendo até falecer um dos "papas" do PRM. Segue-se na carreira política o seu filho José Francisco Bias Fortes, que ocupa atualmente o mesmo cargo que antes fôra exercido pelo seu pai. O atual

(18) Oliveira Viana — *Instituições políticas brasileiras* — José Olímpio Editora — 1949.



governador de Minas tem um filho na Câmara Federal, Crispim Jacques, e outro, José Francisco, como seu secretário particular. Em Barbacena, desde 1930 luta contra a facção que é dirigida pelo seu concunhado José Bonifácio.

Ligado por casamento aos Tamm, Mascarenhas, Lima, aos Andrada, Viana, Teixeira da Costa, pode-se dizer que, na família do governador Bias Fortes estão representados todos os partidos políticos de Minas, do passado e do presente.

27) CHAGAS-LOBATO — A família Chagas foi, com os Ribeiro, com os quais desde cedo se aparentou, a fundadora de Oliveira, ali dominando desde então.

Ligando-se aos Lobato, aos Ribeiro, aos Pinheiro, aos Assis, temos uma série de políticos em constante evidência no cenário estadual e nacional, começada com o senador do Império João Evangelista de Faria Lobato, com o deputado geral João das Chagas Lobato, o constituinte republicano e senador Carlos Justiniano das Chagas, os Pinheiro Chagas, da primeira República, deputados e secretários de governo: Djalma Pinheiro Chagas, Carlos Pinheiro Chagas, Armando Pinheiro Chagas, Paulo Pinheiro Chagas.

O chefe conservador de Oliveira chamava-se José das Chagas Andrade, o liberal, João Ribeiro da Silva, os chefes republicanos José Ribeiro, José das Chagas Lobato e Carlos Justiniano das Chagas.

\* \* \*

Teria de falar também noutras parentelas que completam a constelação governamental de Minas. Os Fulgêncio Alves Pereira-Cunha Melo-Peixoto dominam largo trecho do Norte do Estado desde há mais de um século.

Os Coelho são os fundadores de Guanhães e é ditado popular que em Guanhães e Virginópolis "quem não é Coelho, é couve", tão extensa é essa parentela no Nordeste Mineiro. Formam os Coelho um grupo familiar poderoso desde antes da República aos nossos dias, com Francisco Nunes Coelho Jr.,

Getúlio de Carvalho, Nelson Coelho de Sena, Caio Nelson de Sena, Euler de Sales Coelho, todos senadores ou deputados no primeiro ciclo republicano. Na atualidade há dois representantes da família, um na Câmara Federal (Guilherme Machado), outro na Assembléia Legislativa (Rafael Caio Nunes Coelho), ambos lutando em Peçanha contra os Cunha Pereira, que, igualmente, desde há um século encontram-se na liça política.

No Norte, ainda temos os Murta, os Versiani, os Caldeira; no Triângulo, os Rodrigues da Cunha, os Borges; no centro, ao redor de Curvelo, os Mascarenhas são tão poderosos em política quanto na indústria, de que se tornaram pioneiros e líderes entre nós.

A amostragem feita basta para revelar as grandes linhas seguidas pelo sistema patrimonialista em Minas Gerais; aí estão representados 33 dos 55 presidentes da Província e 80% dos governadores republicanos de Minas.

Com um pouco mais de dados e classificação metodológica mais rigorosa, estou certo de que poderia completar a cadeia de "parentelas" que desde os tempos coloniais governam a terra mineira.

Baseado no domínio da terra, esse processo de chefia política, que se transfere de pais a seus descendentes e afins, somente há bem pouco começou a denunciar sintomas de desagregação em consequência dos abalos sofridos na estrutura agrária em que se fundamenta.

Oriundo de Carvalho, na palestra feita neste Seminário, frisou a circunstância de que, na presente quadra constitucional, os partidos de substância tradicional têm perdido terreno de eleição a eleição para os partidos de estrutura nova que crescem na mesma medida, ainda que não muito rapidamente.

A imensa maioria dos deputados por mim interrogados, proclamou o crescente declínio de prestígio das famílias tradicionais em suas áreas de influência.

São muito conhecidos os fatores que determinam a desagregação da feição tradicional da nossa política, mas todos

poderiam resumir-se num fato fundamental — a decadência da estrutura agrária e o aparecimento de uma nova estrutura econômica, a industrial.

É certo que para dificultar o domínio das forças tradicionais tem contribuído sensivelmente a atual sistemática eleitoral. O voto democratizou-se e se avoluma nas cidades onde o seu controle é mais difícil, com a progressiva emancipação do eleitorado da tutela dos chefes rurais.

Em 1922, o eleitorado mineiro era da ordem de 320 mil inscritos: representava menos de 5% da população do Estado. Em 1935, com o voto feminino que a Revolução de 30 instituiu, não passava de 530 mil, atingindo pouco mais de 7% da população. Em 1954, entretanto, Minas possuía 2.333.000 eleitores, representando cerca de 25% da sua população total. Belo Horizonte, em 1930, era o sexto eleitorado do Estado: tinha menos de 6 mil eleitores inscritos. Atualmente, existem na Capital 240 mil eleitores.

O crescimento do eleitorado deve-se em parte às facilidades oferecidas pelo atual sistema. É fora de dúvida, entretanto, que decorre o fato de fenômeno mais geral, que diz respeito à industrialização e à urbanização progressiva do Estado. As coordenadas de estatística dão ênfase a semelhante perspectiva. Assim, a população rural, que no Censo de 1940, representava 75% da população total, do Estado, baixou para 70% no Censo de 1950. No período de 1940 a 1950, o volume da produção industrial de Minas cresceu na escala de 150%, ao passo que o índice de aumento da produção agrária (agropastoril) não foi além de 74,4%.

Bem mais tarde e em ritmo mais lento do que em S. Paulo, a industrialização ganha indiscutivelmente terreno em Minas Gerais. Trata-se de um processo cumulativo, cuja intensidade cresce na medida em que se desenvolve. A decisiva "demarcação" industrial do Estado, meta antiga dos mineiros progressistas, desde os governos da Província, poderá vir mesmo mais cedo do que se espera. Os efeitos da incipiente mudança de estrutura econômica aí estão patentes.

## GENEALOGIAS CONSULTADAS

- (1) Cônego Raimundo Trindade — *Genealogias da Zona do Carmo — Ponte Nova* — 1943.
- (2) Cônego Raimundo Trindade — *Velhos Troncos Ouro-pretanos — São Paulo* — 1951.
- (3) Cônego Raimundo Trindade — *Velhos Troncos Mineiros — 3 vols. — Revista dos Tribunais* — 1955.
- (4) Artur de Rezende — *Os fundadores de Cataguazes — Rio* — 1936.
- (5) Monteiro Brotero — *A família Monteiro de Barros — S. Paulo*.
- (6) Haroldo Valadão — *Campanha da Princesa — Rio* — 1943.
- (7) Padre Pedro Vidigal — *Amador Bueno, o Aclamado e a família Lagoana — Imprensa Nacional* — 1945.
- (8) Aureliano Leite — *S. Francisco de Paula de Ouro Fino nas Minas Gerais* — 1940.
- (9) Salomão Vasconcelos — *Solares e Vultos do Passado — Imprensa Oficial*.
- (10) Carlos Sá, Aurélio Pires, Camilo Prates e outros — *Francisco Sá - Reminiscências Biográficas* — 1938).
- (11) Francisco de Paula F. Rezende — *Minhas Recordações — José Olímpio* — 1945.
- (12) Artur Campos — *Traços Genealógicos* — 1900.
- (13) Luiz Eugênio Pimenta Mourão — *Genealogias e Biografias* — 1953.
- (14) Arnaldo Arantes — *A família Arantes — S. Paulo, 1953*.
- (15) Dulcídio Fonseca — *Genealogia Mineira* — 1953.
- (16) Nestor Massena — *A Igreja em Barbacena* — 1952.
- (17) *Revista do Arquivo Público Mineiro — Coleção*.